

# Acordo une Covas e Ulysses na Constituinte

Josemar Gonçalves

Nas inúmeras conversas antes, durante e depois da Convenção Nacional do PMDB ficou praticamente acertado que duas das três correntes do partido — a do senador Mário Covas e a do deputado Ulysses Guimarães — vão atuar articuladas na Constituinte. A única pendência entre elas é quanto à duração do mandato presidencial. Mas, mesmo nesta questão, há um esforço de ambos os lados em busca de uma postura comum. Para não desagradar a Ulysses, candidato histórico do partido à Presidência da República, a avaliação sobre prováveis candidaturas presidenciais do PMDB não foi objetiva, sendo tratada mais na base de especulação e em conversas informais. Ainda assim, uma chapa saiu bem cotada da Convenção: Covas para a Presidência e o governador Waldir Pires, bastante ligado a Ulysses, para a Vice-Presidência.



e trabalharam ativamente dentro da perspectiva de preservar Covas, considerado uma liderança em ascensão dentro do partido e junto à sociedade.

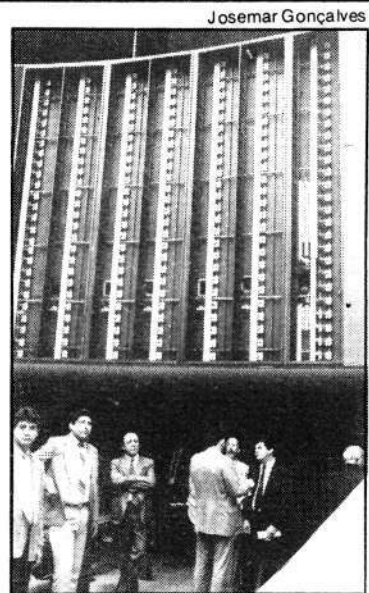
Cautela

O Planalto, ao romper unilateralmente o acordo com o grupo de Ulysses, facilitou a reaproximação das duas correntes do PMDB. O deputado Carlos Sant'Anna, agora, ao trabalhar para criar um bloco suprapartidário, aproxima ainda mais as correntes de centro e de esquerda do PMDB. A maior dificuldade de Covas agora é o setor mais à esquerda da sua corrente que quer avançar mais do que considera recomendável para preservar a nova aliança em articulação dentro do PMDB.

Ontem, Covas dizia que sua expectativa é de que as conversas dos últimos dias contribuam para a elaboração de uma Constituição melhor. E, cautelosamente, tem evitado polémicas com o grupo de Ulysses, diferenciando o seu atual comportamento do que adotou durante a campanha de mobilização para a Convenção Nacional. Por isto, Covas, apesar de ter anunciado sua decisão de ir ao palanque por eleições presidenciais em 88, vai escolher com muito cuidado os comícios dos quais participará. O único certo é do Caruaru, em Pernambuco, que será todo organizado pelo PMDB.

## Votação será eletrônica

O novo painel eletrônico da Câmara dos Deputados deverá começar a funcionar a partir da próxima semana. Até sexta-feira serão feitos vários testes no equipamento, que começou a ser reformado há dois meses e gastou Cz\$ 60 milhões até agora, segundo estimativas do diretor-geral da Câmara, Ademar Silveira Sabino.



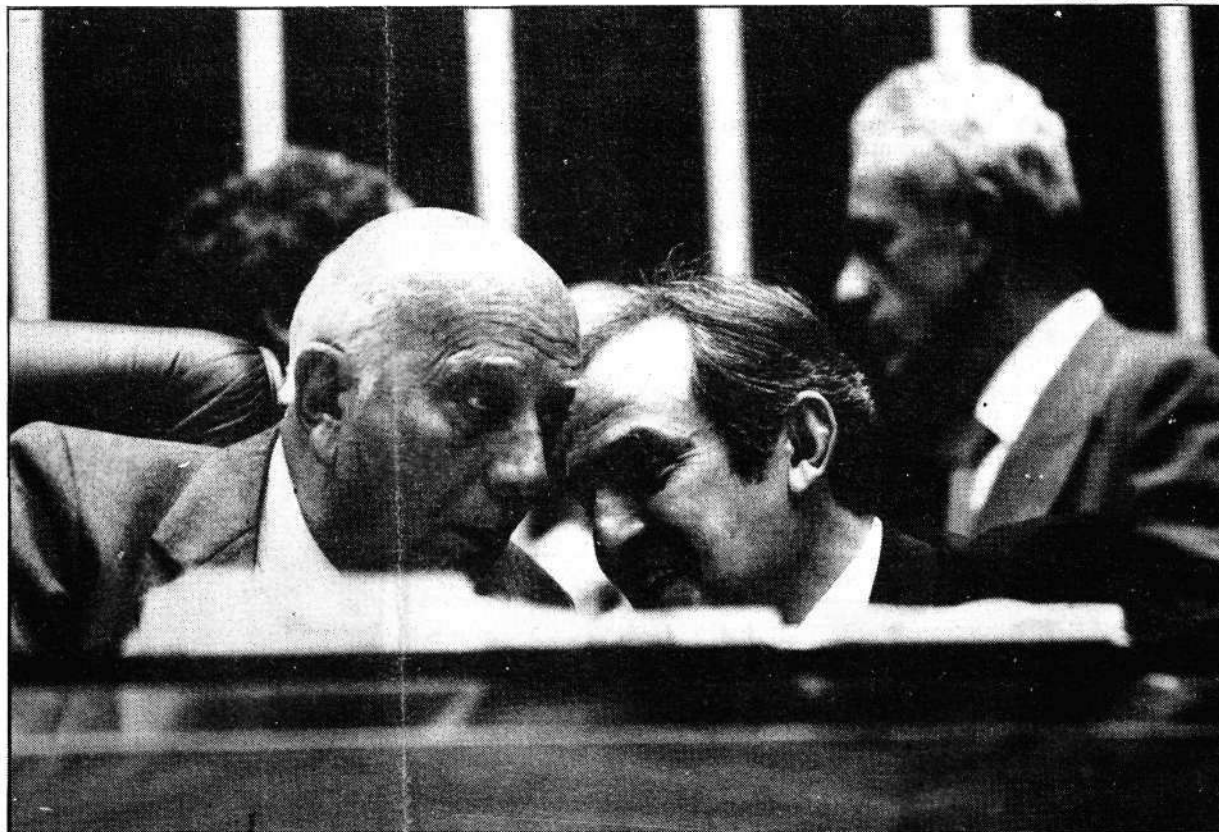
Josemar Gonçalves

Custo é de Cz\$ 60 milhões

O secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, diz que a reforma era necessária porque o equipamento antigo era obsoleto e importado. Foi adquirido um computador pequeno e nacional e todo o sistema será digital. Em vez de acionar uma chave, para dar o seu voto de sim, não ou abstenção, o parlamentar terá agora o trabalho de apertar apenas um botão para cada uma dessas três respostas. Em cada mesa foi instalado um display onde o deputado registra o seu voto ao apertar o botão.

### Rapidez

Para as votações da Constituinte, que serão realizadas no plenário da Câmara, a Mesa determinou que os displays fossem instalados também nas mesas dos taquígrafos, que



Ulysses e Cabral querem uma proposta que seja viável para trabalhadores e empresários

## Pazzianotto negociará a estabilidade

O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto está encarregado de apresentar, a partir de entendimentos com as lideranças sindicais e empresariais, uma nova proposta de garantia de trabalho, que não seja a estabilidade plena no emprego concluída no Projeto de Constituição em discussão no plenário da Constituinte. A decisão foi tomada ontem, num almoço que reuniu o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral e os ministros do Trabalho, da Previdência Social, Raphael Magalhães e da Ciência e Tecnologia, Renato Archer.

Segundo Cabral, que tenta uma negociação em torno de seu substitutivo ao Projeto de Constituição, a estabilidade como consta do atual texto é inviável: "O próprio presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, afirmou

## Enquete mostra a posição do PMDB

O PMDB considera prematuro invocar o Código de Ética do partido, para punir ou mesmo expulsar os parlamentares que desobedecerem a posição do partido, manifestada numa enquete com relação aos pontos polêmicos, quando da votação no plenário da Constituinte, afirmou o vice-líder do partido deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-SC). Punir infidelidade partidária não se justifica, segundo ele, num momento em que surgiram entendimentos na convenção, realizada no último final de semana.

### Progressistas

As posições progressistas resultantes da enquete, assegura Ibsen, haverão de prevalecer na Constituição. Ele acrescenta que a partir de agora, a liderança do partido tem nas mãos os meios para traduzir a vontade partidária, através de uma posição única. Ou seja, a média política do PMDB é nitidamente progressista. Ibsen ressalta, no entanto, que o partido pode ter uma posição moderada, no sentido em que não conduza à uma ruptura, nem no plano institucional, nem no plano social.

Segundo Ibsen, as respostas obtidas na enquete, traduziram uma média do partido com avanços significativos, que não põem em risco, porém, os processos de transição política e de transformação social. Dentre os pontos polêmicos da Constituinte, as posições mais progressistas mereceram o maior percentual de votos.

que o texto como está é uma demagogia, por isso sugeri ao Pazzianotto que ouvisse as duas partes interessadas em busca de uma garantia de trabalho realista, que seja boa para o trabalhador e viável para o empresariado. A partir da sugestão que nos trouxe o Ministro, eu e o Ulysses tentaremos negociá-la com as lideranças partidárias da Constituinte".

### Consenso

Na reunião ficou acertado que o ministro da Previdência Social, Raphael Magalhães, o deputado Almir Gabriel que foi relator da Comissão da Ordem Social e o senador Albano Franco, presidente da Coordenação Nacional da Indústria, ficariam encarregados de sugerir alterações no atual texto, em torno de uma posição de consenso. Cabral adiantou, porém, a sua disposição de manter em seu substitutivo os atuais serviços profissionalizantes em funcio-

namento no País, como o Sesc, Sesi, Senai e Senac, que foram extintos no atual texto em discussão na Constituinte.

O ministro Renato Archer só chegou no final da reunião, e praticamente não participou das discussões, mas segundo Cabral o ponto mais polêmico do capítulo da Ciência e Tecnologia, a reserva de mercado, é perfeitamente negociável: "Digo isso com base na pesquisa feita pelo PMDB, onde 93% de seus filiados apoiam a reserva de mercado como está no atual projeto. Isso demonstra que a questão não é tão polêmica assim, e que pode ser negociada sem maiores problemas".

O relator voltou a enfatizar que a reforma agrária e a anistia são os dois grandes entraves nas negociações em torno de seu substitutivo, mas ressaltou que 90% dele irá a plenário com o consenso das lideranças partidárias.

## Nova Carta sai em novembro

A nova Constituição do País vai ser promulgada ainda este ano, preferencialmente em 15 de novembro, data da Proclamação da República. Essa foi a principal determinação tirada ontem no almoço que reuniu o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral e três ministros de Estado.

Cabral relatou que ficou decidido entre ele e Ulysses a realização de sessões da Constituinte aos sábados e domingos, para não interromper o prazo regimental de 40 dias para discussão e apresentação de emendas ao Projeto de Constituição: "Assim não daremos margem a qualquer necessidade de adiamento, garantindo que a nova Carta saia ainda este ano".

Ulysses solicitou ainda a Cabral que apresentasse um esboço de seu substitutivo logo após o encerramento do prazo para apresentação de emendas, no dia 23 de agosto, a fim de ser negociado com todas as lideranças partidárias. Segundo o relator, a idéia é dar às lideranças um mínimo de dez dias para as grandes negociações em torno de seu substitutivo, aproveitando o espaço dos dez últimos dias — de 23 de agosto a 03 de setembro, em que o projeto estará em discussão no plenário. "A partir do dia 04, eu disponho de mais dez dias para apresentar um parecer já em sintonia com o que ficou acordado entre as lideranças, o que agilizará o processo".

## Mais um dia sem trabalho em plenário

Em uma semana nada mudou nas sessões da Constituinte, que na atual fase discute o projeto do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O plenário estava vazio. O deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) pediu verificação de quorum e a Mesa teve que acionar a campanha do Congresso para chamar os parlamentares, completando assim o número mínimo de 56 constituintes na sessão.

Os temas constitucionais discutidos também foram poucos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) fez a defesa do parlamentarismo como regime de governo e o deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES) que criticou o tratamento que o projeto dá ao ensino público, que, uma vez aprovado na Constituição "irá frustrar mais uma vez a nossa infância".

A sessão começou às 14h30. Completado o número exigido pelo regimento interno, o deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) levantou questão de ordem ao presidente da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), para questionar qual era o sistema de verificação de presença.

Plínio Arruda queria saber se o regimento obrigava a presença daqueles que foram chamados para dar quorum ou não. Pelo Regimento, completado o quorum, quem quiser pode sair, pois a sessão continua.

### Sem terra

Após essa discussão, o deputado Olívio Dutra (PT-RS) ocupou a tribuna no horário do pequeno expediente para falar da situação dos Sem-terra que estão acampados na fazenda São Juvenal, município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Criticou o governo por aplicar a Lei de Segurança Nacional para enquadrar líderes sindicais e não dar importância ao conflito de terra, com os proprietários usando homens armados, como na fazenda São Juvenal, para intimidar os posseiros.

O deputado José Viana (PMDB-RO) igualmente defendeu os Sem-terra e criticou a atuação da UDR. Disse que defende "uma reforma agrária eficiente, e não apenas a distribuição de terras".

## Sai hoje decisão sobre calendário

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decide hoje com as lideranças partidárias se aceita o requerimento do deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), propondo um calendário com temas específicos para serem discutidos nas sessões da Constituinte. A reunião foi marcada ontem, no plenário, em resposta a uma questão de ordem do deputado Aldo Arantes, do PC do B, que, momentos antes, havia pedido verificação de quorum da sessão.

O deputado Plínio Arruda mandou o requerimento a Ulysses Guimarães pedindo a alteração dos debates no dia 25 de julho e até ontem não havia recebido resposta. Desde que começaram as sessões o PT, PDT e PC do B vêm, insistentemente, pedindo verificação de quorum, para despertar a atenção em torno do requerimento.

Para o deputado Plínio Arruda, o esvaziamento das sessões é proposital, segundo afirma. Lula concorda e diz que o próprio líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) lhe disse que as discussões em plenário não interessam, por causa das pressões que as galerias poderiam fazer, se fossem divulgadas previamente os temas das sessões.

## Sabóia vê ameaça na anistia

Rio — A anistia e a readmissão no serviço ativo da Marinha dos militares punidos, como desejam alguns constituintes, "são uma ameaça à hierarquia e à disciplina, que são os baluartes das Forças Armadas", declarou ontem, no Rio, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, após presidir cerimônia em memória dos cerca de 1 mil e 500 brasileiros que morreram no mar, durante a II Guerra Mundial. "Tenho procurado alertar os constituintes sobre este assunto e confio em que esta anistia não será confirmada pelo texto da Constituição", afirmou o ministro.

### Sem sentido

Henrique Sabóia explicou que é impossível saber quantas pessoas se beneficiarão da anistia, que se ampliaria, segundo os constituintes,

tes, 1934 (mais de 50 anos). Entre elas, estariam os que foram punidos por atos de indisciplina. O ministro disse que não sabe "se o número de pessoas seria de 1 mil e 500, como informam os grupos de lobby", mas se isso for verdade, somente no ministério da Marinha, considerando a anistia a partir de 1963 (e não 1934), o aumento da folha de pagamento seria de mais de Cz\$ 10 bilhões".

O ministro, muito enfático, disse que "a Marinha tem uma posição muito clara sobre o assunto: já houve duas anistias, uma em 1979 e outra com a emenda constitucional 26/85, e esperamos que a coisa fique no ponto em que está. A readmissão do pessoal fora do serviço por mais de 20 anos é absolutamente sem sentido. Não há como esse pessoal reingressar na Marinha".